

TERMO DE REFERÊNCIA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

Agosto/2020



Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	4
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	4
3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	5
4. LOCAL DE ENTREGA	5
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	5
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	6
7. PROPOSTA.....	6
8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	7
9. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7
10.PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	8
11.FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	8
12.REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	8
13.RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	8
14.FISCALIZAÇÃO.....	8
15.CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	9
16.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	9
17.OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	10
18.GARANTIA DOS MATERIAIS.....	10
19.CONDIÇÕES GERAIS	10
20.ANEXOS.....	10

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, visando atender às necessidades da 4.ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado de Sergipe, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.

1.2. Os itens objetos dessa licitação estão descritos no Anexo II do TR.

1.2.1. Os Itens 1 a 14 são abertos para participação de todas as empresas.

1.2.2. Os Itens 15 a 26 são para participação exclusiva de ME/EPP. Decreto 8.538/15, art. 6º.

1.2.3. Os Itens 27 a 36 são cotas de até 25%, destinados para as microempresas e empresas de pequeno porte. Decreto 8.538/15, art. 8º.

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

2.1. Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

2.1.1. **TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

2.1.2. **CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

2.1.3. **ÁREA DE GESTÃO ESTRATÉGICA** – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

2.1.4. **4.ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Aracaju/SE, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

2.1.5. **LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

2.1.6. **CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.7. **CATSERV** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.8. **CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

- 2.1.9. **CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.
- 2.1.10. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – Representação gráfica da programação parcial ou total de um fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.
- 2.1.11. **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.
- 2.1.12. **FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.
- 2.1.13. **DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.
- 2.1.14. **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.
- 2.1.15. **SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços.

3.2. **Critério de Julgamento:** Menor Preço.

3.3. **Modo de Disputa:** Aberto com intervalos equivalentes ao valor de R\$ 5,00 entre os lances.

3.3.1. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no Edital, respeitar os limites de preços e apresentar o menor preço por item individual para o fornecimento dos referidos materiais.

4. LOCAL DE ENTREGA

4.1. Os equipamentos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na CODEVASF – 4.ª SR – Av. Beira Mar, Nº 2150, Jardins - CEP: 49.025-040, localizada no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe.

4.2. O horário para entrega dos materiais será de 09h às 11h e de 14h às 16h30min.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento de equipamentos e suprimentos de informática, conforme evidenciado no item 1 deste Termo de Referência.

5.2. A descrição dos fornecimentos consta da Planilha Orçamentária – Anexo II deste Termo de Referência, que deverá ser observado criteriosamente pelos licitantes.

5.2.1. Havendo divergência entre a descrição dos produtos no sistema Compras Governamentais e a descrição contida na planilha, prevalecerá a contida na planilha.

5.3. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5.4. A descarga dos equipamentos na localidade de destino é de responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.

5.5. Todo carregamento deverá ser acompanhado das respectivas notas fiscais.

5.6. Todos os produtos devem ser originais de fábrica, não sendo aceita, em hipótese alguma, a cotação de produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados, sob pena de afastamento do certame pela Codevasf (TCU, Decisão 1622/2002-Plenário).

5.7. Poderá ser exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra, ficha técnica e laudo, conforme o caso, do item licitado, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação do pregoeiro via chat, na CODEVASF – 4.ª SR – Av. Beira Mar, Nº 2150, Jardins - CEP: 49.025-040, localizada no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, fabricantes ou fornecedores, pertinentes com o objeto desta licitação, nacionais, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos, inclusive quanto a documentação, constantes deste Termo de Referência, do Edital, seus anexos e legislação vigente.

6.2. Os itens 15 a 26 serão exclusivos para microempresas ou empresas de pequeno porte do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos, conforme artigos 6º e 8º do Decreto nº 8.538/2015.

6.2.1. As propostas serão aceitas somente para cada item que o licitante esteja concorrendo, conforme Planilha Orçamentária – Anexo II deste Termo de Referência.

6.3. CONSÓRCIO

6.3.1. Não será permitido. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente impertinente a formação de consórcios, com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante.

6.4. SUBCONTRATAÇÃO

6.4.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

6.5. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.5.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e Decreto n.º 8.538 de 06/10/2015, reservando-se ainda a participação exclusiva para os itens 15 a 26, conforme Decreto n.º 8.538/18, art. 6º, e a cota de até 25% (vinte e cinco por cento), para os itens 27 a 36, conforme Decreto n.º 8.538/18. Art. 8º.

7. PROPOSTA

7.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor;

- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos itens fornecidos, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo III, que é parte integrante deste termo de Referência.

7.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

7.3. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, tributos e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

7.4. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

7.5. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço para o item, conforme critérios acima estabelecidos.

7.6. A proposta deverá ser apresentada em reais, com duas casas decimais, com as quantidades, com os preços unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas com tributos, fretes (regionais e nacionais) e demais custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição, conforme os itens e especificações constantes no presente Termo de Referência.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.
- 8.1.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos materiais, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem materiais dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo II deste Termo de Referência.
- 8.1.3. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
 - a) Comprovação de compatibilidade da inscrição do CNPJ da licitante com o objeto de fornecimento do Edital e Termo de Referência.
 - b) Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a comprovação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto da licitação.

9. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A CODEVASF se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 368.155,92 (trezentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos),

a preços de Julho e Agosto/2020, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

- a) Disputa aberta - Item 1 ao 14 no valor global de R\$ 288.506,49 (duzentos e oitenta e oito mil quinhentos e seis reais e quarenta e nove centavos);
- b) Exclusivo ME/EPP – Item 15 ao 26 no valor global de R\$ 5.173,25 (cinco mil cento e setenta e três reais e vinte e cinco centavos);
- c) Cota de 25% para ME/EPP – Item 27 ao 36 no valor global de R\$ 74.476,18 (setenta e quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais e dezoito centavos).

9.2. Em conformidade com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, art.7º, § 2º: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."

10. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

10.1. O prazo máximo para execução do objeto deste TR, ou seja, para entrega dos materiais, será de 30 (trinta) dias, a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento (contendo a informação da respectiva Nota de Empenho) pela licitante vencedora, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

10.2. A Ordem de Fornecimento, documento convocatório para a entrega dos materiais, será enviado à empresa vencedora por e-mail ou outro meio de comunicação disponível.

10.3. O prazo de validade dos preços apresentados será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços pela autoridade competente da Codevasf.

11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preços unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente.

11.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplimento de cada parcela.

12. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

12.1. Os preços para estes serviços/fornecimentos serão fixos e irrevogáveis.

13. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

13.1 O recebimento definitivo se dará mediante o atesto na nota fiscal, recebida junto com os equipamentos

14. FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

14.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

14.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

14.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Unidade de Tecnologia da Informação, responsável pela execução do contrato.

14.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

14.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Unidade de Tecnologia da Informação da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula contratual.

14.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto do contrato.

14.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

15.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- c) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

16.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meio dos canais de denúncias disponíveis.

17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 17.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 17.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 17.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 17.4. Expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 17.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 17.6. Ficará a cargo da Contratante a instalação física dos equipamentos (acesso à energia elétrica, tomadas, conexões de internet, bem como a desembalagem e montagem dos equipamentos).
- 17.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

18. GARANTIA DOS MATERIAIS

- 18.1. Os produtos fornecidos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo, **salvo se houver declaração específica.**
- 18.2. A garantia contratual é complementar à legal e deverá ser conferida mediante termo escrito, nos termos do Art. 50, da Lei nº 8.078/90.
- 18.3. O termo de garantia ou equivalente deve esclarecer, de maneira clara e adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercitado o ônus a cargo da contratada, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto.
- 18.4. No caso específico dos itens 01 e 27, se necessário a troca do hard drive, a contratante não reterá o hard drive substituído.

19. CONDIÇÕES GERAIS

- 19.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

20. ANEXOS

- 20.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativa
- Anexo II – Planilha Orçamentária
- Anexo III – Modelo de Planilha de Preços (Proposta)

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função das especificidades dos equipamentos a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR.

Justificativas:**Da necessidade da contratação**

1. A aquisição desses equipamentos e suprimentos atenderá às necessidades de prestação de serviços e consumo da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF por um período de 12 (doze) meses, mantendo um estoque regular e evitando interrupções nas atividades da Unidade de Tecnologia da Informação.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances verbais e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento do objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

1. A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP no processo de contratação pública pode refletir em uma série de vantagens para a empresa, uma delas é o aumento da eficiência administrativa. A eficiência, além de ser um princípio norteador de toda a atividade administrativa (caput do art. 37 da CF), quando inserida no contexto do SRP, passa a ter traços peculiares que merecem ser ressaltados: a) redução do número de licitações durante o exercício financeiro; b) redução dos custos operacionais e de estoques; c) agilidade e otimização nas contratações públicas.
2. Em conformidade com o disposto no artigo nº 8, parágrafo 4º do Decreto nº 8.538/2015, será priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas às MEs/EPPs, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender às quantidades ou condições do pedido.

Permite Participação de Consórcios: Não será permitida. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente impertinente a formação de consórcios, com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante.

Critério de Julgamento: Menor preço por item individual.

Garantia do Objeto: Os produtos fornecidos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo. A garantia contratual é complementar à legal e deverá ser conferida mediante termo escrito, nos termos do Art. 50, da Lei nº 8.078/90. O termo de garantia ou equivalente deve esclarecer, de maneira clara e adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercitado o ônus a cargo da contratada, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto. Além disso, Os equipamentos e suprimentos de informática oriundos deste Registro de Preços deverão ser acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento por prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados da data em que forem entregues, e deverá constar a descrição do produto, incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

Justificativa de reserva de cota de 25% (vinte e cinco) por cento – Considerando que o objeto da presente licitação envolve tanto equipamentos quanto suprimentos de informática, e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitida a cota de 25% (vinte e cinco) por cento, conforme planilhas de quantidades, anexas. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Apresentação de amostras – Durante a sessão pública, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que envie, no prazo por ele estipulado, documento contendo as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

ANEXO II
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA